



Anais da Assembléia

N.30

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 22 DE ABRIL DE 1986

ANO XII

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA

ATA DA 25.^a SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 1986.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, Secretariada pelos Senhores Deputados Djalma de Almeida César e Erondy Silvério.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edilson Alencar, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ferrari Júnior, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Homero Oguido, Ivan Gubert, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Werner Wanderer e Wilson Fortes (40). - Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Aírton Cordeiro, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Ervin Bonkoski, Francisco Escorsin, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, Jorge Maia Filho, Márcio Almeida, Mário Pereira, Odeni Mongruel, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Tadeu Lúcio Machado e Tuguio Setogutte (18).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, consultando o Plenário, o envio de voto de profundo pesar à família do honra-

do Juiz, Doutor Pedro Barry, do Tribunal de Alçada do Paraná, falecido na última semana, vítima de acidente, nesta Capital.

Foi uma grande e irreparável perda para a magistratura paranaense. Homem íntegro, era admirado e respeitado pela família forense, inclusive pela classe dos advogados. Homem simples, mas de uma postura muito firme, sempre praticou o bem ao próximo, sendo acima da condição de juiz um conselheiro para um número elevado de pessoas que confiavam em sua palavra.

Sua prematura morte deixou muita tristeza e dor aos familiares e amigos que tiveram o privilégio da sua convivência.

Esta Assembléia Legislativa deve associar-se à dor da perda deste grande e saudoso presidente, que soube honrar e dignificar a tradição da magistratura paranaense.

Requeiro que a decisão desta Casa de Leis seja comunicada à viúva, dona Clery Barry, à Rua Manoel Eufrásio, 826, apartamento 21, em Curitiba, com os votos de que Deus nosso Criador conforte a todos nesta hora de profunda tristeza.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1986.

(a) ANTONIO BELINATI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor GERALDO MALUTA, ex-Prefeito de Itambaracá, ocorrido no último dia 18 do corrente.

O extinto era casado com a Senhora Dirva Bonacim Maluta e deixa os filhos: Antonio Izidoro; Silvio Langreberto casado com Sra. Sueldy Maria; Luiz André; Maria Elvira, casada com o Sr. Francisco de Mello e Denise Regina. Deixa ainda 4 netos.

Era agricultor, por demais conceituado por todos. Na vida política o falecido foi Prefeito na legislatura passada, foi Vereador à Câmara Municipal e ocupava atualmente a Presidência da Sociedade Esportiva Itambaracaense.

Seu desaparecimento, veio a consternar não só os moradores de Itambaracá, mas sim a toda a região norte-pioneira do nosso Estado. Geraldo Maluta sempre grangeou a amizade de todos que o conheceram, pois foi o político sério e honesto, fazendo amizade fácil.

Requer, outrossim, que a decisão desta Casa, se dê ciência à família enlutada, ao Presidente da Câmara de Vereadores e

Prefeito Municipal.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1986.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento do Ilustre Vereador OSMAR GUIMARÃES, membro de tradicional família reservense, ocorrido no dia 21 de abril do corrente ano, deixando viúva a Sra. Eliane Berger Guimarães e a filha Fabiana Berger Guimarães.

Requer, outrossim, seja dado ciência da decisão do Plenário, com envio de expediente à família enlutada, sito à Rua Cruzeiro, s/n. , em Reserva.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1986.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de pesar pelo falecimento da Senhora JUVITA FERREIRA SANTUCCI, pessoa de tradicional família ibaitiense, ocorrido no dia 19 de abril deste ano, no Município de Ibaiti.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada através de seu filho Aníero Correa Ferreira, à Rua Antonio de Moura Bueno, 574, Ibaiti-Pr.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1986.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a consignação na ata da sessão de hoje, um voto de regozijo ao Senhor Aldo Martins de Souza, pela eleição como vice-presidente da Associação de Proprietários, Amigos e Moradores do Distrito de Lamenha Grande, no Município de Almirante Tamandaré, bem como ao Senhor Reginaldo Chagas, que foi um de seus organizadores, e ao Presidente da entidade, Senhor Paulino Lustosa de Freitas.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1986.

(a) SABINO CAMPOS.

JUSTIFICATIVA:

No dia 19.04.86 realizou-se no Distrito de Lamenha Grande, em Almirante Tamandaré, a eleição para o cargo de vice-presidente da Associação local de moradores. Foi um ato coroadado de pleno sucesso, uma verdadeira lição de democracia, pois par-

Curitiba, terça, em 22.04.86

ticiparam diretamente do processo eleitoral cerca de 550 moradores, votando 326 deles.

Portanto, por entendermos que a organização popular é um pressuposto básico para a consolidação democrática de nosso País, o mínimo que podemos fazer pelo laborioso e democrático povo daquele distrito é o registro deste voto de regozijo nos Anais da Assembléia Legislativa do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de aplausos e de confiança ao Doutor ROGÉRIO AUGUSTO CAMARGO SCHEIBE, pela sua assunção na direção do Departamento de Assistência Médica do Instituto de Previdência do Estado (I.P.E.).

Está de parabéns todo corpo associativo do Instituto de Previdência pela assunção na Chefia Médica de um jovem médico que assume com o propósito de agilizar e dar andamento a um melhor relacionamento entre todos os diversos setores, com destaque especial para os associados e familiares, ávidos por uma melhoria no atendimento médico.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado conhecimento ao Doutor ROGÉRIO AUGUSTO CAMARGO SCHEIBE.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1986.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Senhor Doutor Luiz Cordoní Junior, mui digno Secretário de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, no sentido de estudar viabilidade em autorizar a instalação de um aparelho telefônico no Centro de Saúde de Ubiratã.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1986.

(a) EDILSON ALENCAR.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Ubiratã, um dos mais prósperos da região, lá é explorado os mais diversificados tipos de produtos agrícolas, em virtude de seu solo ser fértil e produtivo, seus habitantes, através de muita luta e trabalho, confiaram e acreditaram em seu futuro. Ubiratã, conta com aproximadamente vinte mil (20.000) eleitores, com sessenta mil (60.000) habitantes e é uma das grandes Comarcas da região. Conta também com diversas cooperativas agrícolas, diversos estabelecimentos bancários, muitos estabelecimentos comer-

ciais, industriais e prestadores de serviços, que fazem de Ubiratã, uma cidade próspera, pujante e acolhedora.

Apesar de sua pujança e do seu desenvolvimento, Ubiratã também é carente como as demais cidades. A Associação exige e cobra dos seus representantes, o conforto dos grandes centros.

Por estas e outras razões, a sociedade ubiratãense merecedoura, reivindica dos seus representantes e das autoridades constituídas, para que seja instalado com urgência um aparelho telefônico no Centro de Saúde de Ubiratã, que até hoje não conta com privilégio do tão importante veículo de comunicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Senhor Gilberto Geraldo Garbi, Mui Digno Diretor Superintendente da Companhia de Telecomunicações do Paraná, TELEPAR, no sentido de instalar um Posto de Serviço- PS, na localidade denominada Alto do Café, populoso bairro do Município de Icaraíma.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1986.

(a) EDILSON ALENCAR.

JUSTIFICATIVA:

A localidade denominada Alto do Café, é uma das mais populosas do Município, sua denominação, justifica, pois Alto do Café, é uma localização privilegiada por sua altitude, e lá cultiva-se com grande ênfase e lavoura cafeeira que dispense de muita mão-de-obra, tornando uma região muito populosa. Alto do Café reúne muitas condições financeiras por parte de seus habitantes, pois lá concentram-se muitos estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, bem como Clubs, praça de esportes e outras atividades de lazer, pois é o Distrito mais próximo da sede do Município.

A população do Alto do Café, para fazerem contacto telefônico com seus familiares, residentes em outros Municípios ou para tratar de quaisquer assuntos via telefone, deslocam-se até a sede do Município, acarretando despesas com o transporte e perda de tempo.

A instalação de um PS em Alto do Café, muito irá beneficiar a população honrosa e trabalhadora que muito já fizeram em prol do seu município e do Estado, e estão a merecer este tão fácil veículo de comunicação, equiparando-os com os demais distritos do Paraná, em comunicarem-se com o Brasil e o resto do mundo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Senhor Doutor Armando Jorge de Oliveira Carneiro, Mui Digno Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no sentido de criar a emancipação Judiciária no Município de Icaraíma, elevando-o à Categoria de Comarca.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1986.

(a) EDILSON ALENCAR.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Icaraíma, um dos mais pujantes e prósperos do noroeste do Estado, com 671.830 quilômetros quadrados, de solo fértil e produtivo, e com aproximadamente 25.000 (vinte e cinco) mil habitantes.

Limita-se ao norte com o Município de Querência do Norte, ao sul e ao leste com a Comarca de Umuarama, ao oeste com o Estado do Mato Grosso do Sul e situa-se às margens esquerda do Rio Paraná e conta com 3 (três) grandes distritos Administrativos, e diversos lugarejos populosos, (bairros). Atualmente conta com mais de 10.000 (dez) mil eleitores, com perspectiva, para alcançar de 15.000 a 20.000 (quinze a vinte) mil eleitores.

A cidade conta com 5 (cinco) agências bancárias, um laticínio, uma Cooperativa Agrícola, coloca-se em 7.º lugar na criação de bovinos, é grande produtor de grãos de café, arroz, milho, feijão, soja, trigo, amendoim e outros diversos produtos agrícolas.

A cidade conta também com um bom presídio, hospitais, médicos pediatras, gabinetes dentários, advogados, Club Social, Club de Serviços, escolas de 1. e 2.º Grau da rede estadual de ensino, diversos estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviço.

A sede do município, dista de Umuarama, Comarca que jurisdiciona, mais de 85 quilômetros e os distritos mais de 100 quilômetros.

A criação e instalação da Comarca, não só irá beneficiar Icaraíma e seus distritos, como também os Distritos de: Vila Alta, Santa Eliza, Herculândia e Ivaté, pertencentes ao Município de Umuarama. Pois, com a instalação da Comarca em Icaraíma, esses distritos poderão ser jurisdicionados por Icaraíma, pois estão a menos de 20 quilômetros de Icaraíma e a mais de 55 (cinquenta e cinco) de Umuarama, o que não deixa de dificultar nas diligências Judiciárias da Comarca de Umuarama, que acarreta elevado custo e perda de tempo para os Senhores Oficiais de Justiça.

Tão logo seja efetivada a emancipação

Judiciária, a Prefeitura dará início nas construções do Prédio do Fórum bem como nas casas residenciais do Senhor Juiz de Direito e do Senhor Promotor Público, dentro das exigências ditadas e as demais contribuições que se fizer necessárias, com ônus para o município.

A Sociedade Icaraimense e as autoridades constituídas, ansiosos aguardam e confiam o tão almejado anseio de sua independência judiciária, que a muito tempo reivindicam.

A criação da Comarca de Icaraíma, é uma das mais justa e mais almejada por todo o seguimento da Sociedade Icaraimense; pois o deslocamento para Umuarama acarreta despesas vultuosas e grande perda de tempo, tanto para o povo de Icaraíma, como para Umuarama no cumprimento de mandados judiciais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER junto à Mesa, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Senhor Massade Deude Filho, Mui Digno Diretor Superintendente da Delegacia da Receita Federal, no Paraná, no sentido de estudar viabilidade na Reabertura da Agência de Rendas Federal e Assis Chateaubriand.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1986.

(a) EDILSON ALENCAR.

JUSTIFICATIVA:

Assis Chateaubriand, possui um dos mais ricos e fértil solo de todo o Oeste Paranaense, que através de trabalho e muita luta, seus munícipes transformaram-o em um dos mais pujantes e produtivo município de nosso Estado.

E, o povo chateaubriandense, em 1982, sofreram uma das maiores e mais grave decepção da sua história: O fechamento da Agência de Rendas da Receita Federal, uma das mais polêmicas e reivindicada conquista de até então.

Por motivos estranhos ao conhecimento da população, eis que cai por terra tão importante conquista.

Fecha-se a Agência de Rendas Federal de Assis Chateaubriand. Reabrir com urgência, esta tão importante Repartição Pública Federal, é uma das mais sonhadas e desejadas reivindicações da sociedade chateaubriandense.

Pois o município e comarca, vem a cada ano que se passa, dando provas de merecimento para que este evento se realize.

O município vem obtendo grande desenvolvimento econômico tanto na área agropecuária, como na área comercial e industrial.

Em cada exercício financeiro, o Muni-

cípio galgar melhor índice no Fundo de Participação dos Municípios (FPM) - pois atinge para este exercício de 1986, o vigésimo terceiro (23.º) lugar no Paraná, tornando-se um dos mais aquinhoados de todo o Estado.

A reabertura da Agência de Rendas Federal de Assis Chateaubriand, não só irá beneficiar a sua população, mas também a população dos municípios vizinhos, que ficarão sob a jurisdição da Agência ora solicitada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Senhor Doutor Renato Pedroso, mui Digno Desembargador da Justiça do Estado do Paraná, no sentido de estudar viabilidades da elevação da Comarca de Ubiratã, de Entrância Inicial para Entrância Intermediária.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1986.

(a) EDILSON ALENCAR.

JUSTIFICATIVA:

A Comarca de Ubiratã, é uma das mais concorridas de toda a região, em virtude do grande desenvolvimento democrático que a comarca vem acolhendo ao longo dos últimos anos. Fazendo estas afirmativas, baseado nos números de habitantes e de eleitores que a comarca conta hoje: Mais de 60.000 (sessenta mil) habitantes e mais de 20.000 (vinte mil) eleitores, e em especial, o aumento de processos que tramitam diariamente, exigindo grande esforço, trabalho e dedicação de tempo integral, por parte do magistrado e seus auxiliares.

A Comarca de Ubiratã, jurisdiciona, vários municípios e muitos distritos todos com grande população.

A elevação para entrância intermediária da comarca de Ubiratã, não será apenas um presente para a sociedade ubirataense, será sim, um reconhecimento das autoridades em retribuição por tudo que o município e comarca já fez e vem fazendo ao longo dos anos, auferindo vultuosas rendas para o Estado e para a União.

Pois Ubiratã, é grande produtor agrícola e sua potencialidade é comprovada. A receita tributária do município é uma das mais expressivas, a cada exercício financeiro é exigida maior dotação orçamentária. A cidade cresce e se expande, aumentando a cada dia o número de alvarás de licença, para novas construções tanto nas áreas residenciais como nas áreas comerciais e industriais.

Ubiratã precisa dar guarida aos seus munícipes, oferecendo-lhes todo o conforto necessário, evitando o deslocamento para

outras cidades.

O atendimento judiciário não pode e não deve ficar alheio ao desenvolvimento. Deve crescer junto em todos os sentidos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Gilberto Geraldo Garbi, Mui Digno Presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná-TELEPAR, no sentido de instalar linhas telefônicas no Distrito de Paulistânia, no Município de Alto Piquiri- Pr.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1986.

(a) EDILSON ALENCAR.

JUSTIFICATIVA:

A instalação de linhas telefônicas no Distrito acima, é uma antiga reivindicação da população do Distrito de Paulistânia, do Município de Alto Piquiri.

A população do Distrito de Paulistânia, o mais populoso do Município, e ainda não conta com o privilégio de possuir em suas residências, tão útil veículo de comunicação, que estão a merecer desde há muito.

Contam apenas com o Posto de Serviço-PS, da TELEPAR, o que não mais satisfaz os anseios e as necessidades dos usuários.

Para o atendimento de um chamado no PS, muitas das vezes não são localizados, e quando são, o fazem com atraso, acarretando elevados custos e perda de tempo.

Portanto, atendida esta justa e merecedora reivindicação da população do Distrito acima, a TELEPAR em pouco tempo irá ressarcir parte dos investimentos, com venda de aparelhos e outras arrecadações e estará levando a comunicação a mais lares brasileiros.

Estará também, elevando uma vez mais, o bom nome da Nova República, na aproximação através deste veículo de comunicação, o interior aos grandes centros e ao resto do mundo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de estudar viabilidades para ampliação na torre de transmissão do Posto da Polícia Rodoviária de Ubiratã, bem como o estudo para melhoramento na iluminação do mesmo.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1986.

(a) EDILSON ALENCAR.

JUSTIFICATIVA:

A atual torre de transmissão, do Posto da Polícia Rodoviária de Ubiratã, é de pequeno alcance, o que vem dificultando a comunicação com os demais postos da região.

A ampliação da referida torre de transmissão, bem como o melhoramento na iluminação do mesmo, justifica-se, tendo em vista o grande movimento de veículos que trafegam pela BR. 369, tornando-a uma das mais concorridas e movimentadas da região.

A BR-369, interliga, Cascavel à Campo Mourão, e é a principal intermediária no escoamento da produção agrícola e agropecuária da vasta e produtiva região, e vem exigindo dos plantonistas, no atendimento e no cumprimento de seus deveres para com os usuários da BR., fazendo jus a tais reivindicações.

Temos certeza que atendidas as solicitações, os serviços dos policiais plantonistas, serão melhorados, e o posto estará sendo colocado à altura das exigências e estará acompanhando o desenvolvimento do Paraná, oferecendo mais segurança aos usuários que trafegam pela BR- 369.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Des. Armando Jorge de Oliveira Carneiro, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, consubstanciado em solicitação para que, através da Comissão Permanente de Organização e Divisão Judiciária, seja criado, nos termos do disposto no Art. 27, da Lei n. 8280, de 24 de janeiro de 1980, o Distrito Judiciário de Iracema, no Distrito Administrativo de mesmo nome, criado pela Lei n. 7067/78, no Município de Formosa do Oeste.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1986.

(a) ANIBAL KHURY.

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação se faz tendo em vista as condições sócio-econômicas do Distrito Administrativo de Iracema, criado através da Lei n. 7067, de 11.12.78, as quais comportam, perfeitamente, a sua estruturação como Distrito Judiciário.

O Distrito de Iracema possui atualmente uma população estimada em 10.000 (dez mil) habitantes: eleitorado superior a 2.200 (dois mil e duzentos) eleitores, com mais de 300 (trezentos) prédios comerciais e residenciais, centro urbano constituído, onde funcionam hospital, bancos e comércio diversificado.

Estes dados, além de outras condições políticas e culturais, traduzem o anseio da sua laboriosa população para a elevação do Distrito de Iracema, à categoria de Distrito Judiciário, o que por certo, irá estabelecer melhores condições para que, o seu crescimento se efetive cada vez em prol do progresso paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente a Ilustríssima Senhora ANA MARIA MURATORI, Diretora Superintendente da Fundação Educacional do Paraná-FUNDEPAR, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, solicitando reformas e iluminação na cancha de esportes do Colégio Estadual "Rui Barbosa", Ensino de 1.º e 2.º Graus, no Município de Arapoti.Pr.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1986.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual "Rui Barbosa", ensino de 1.º e 2.º Graus, possui atualmente 735 alunos matriculados, funcionando em três turnos.

A cancha de esportes do referido estabelecimento de ensino, encontra-se em precárias condições de uso, dificultando sobremaneira, a realização da prática esportiva, disciplina de Educação Física, constando no "currículo escolar", e deveras necessária, para o desenvolvimento físico e mental das crianças, no desempenho de suas funções educativas.

Por essas deficiências comprovadas, é que se faz a presente reivindicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente a Excelentíssima Senhora GILDA POLI ROCHA LOURES, Digníssima Secretária de Estado da Educação, solicitando reformas gerais, bem como a construção de mais salas de aula na Escola Estadual "Professor José Gomes do Amaral" em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1986.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

Para atender a demanda escolar no presente ano letivo, foi necessário transformar em sala de aula, a que anteriormente servia como Secretaria da Escola.

Há necessidade ainda, de obras externas, considerando que o barranco do terre-

Curitiba, terça, em 22.04.86

no em declive causa problema da erosão, e a água acumula-se em torno do prédio.

Considerando que os problemas expostos vêm se agravando, espera-se o imediato encaminhamento de medidas que possam resultar na concretização do presente pedido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja solicitado ao Ministro da Agricultura, Doutor Iris Rezende, ao Diretor de Crédito Agrícola do Banco do Brasil S/A, Doutor Sebastião Rodrigues, ao Diretor da Área Agrícola do Banco Central, Doutor Hélio Ribeiro e ao Chefe do PROAGRO, Doutor Aldemir Apel, o seu empenho e a sua cooperação para que os agricultores paranaenses prejudicados pela recente estiagem, particularmente os de Palotina, PR., e adjacências, que tiveram seus pedidos de indenização pelo PROAGRO indeferidos nas agências bancárias, tenham seus pedidos reconsiderados. O indeferimento tem por motivos o enunciado da Circular 706 do Banco Central, pela qual ficam indeferidos todos os pedidos de indenização do PROAGRO que abrangem prejuízos ocorridos em data anterior a da assinatura do contrato de financiamento.

Assim sendo, e considerando:

- que o Banco do Brasil S/A e os demais bancos, tanto por falta de recursos como por razões de ordem burocrática, passaram a atrasar deliberadamente as assinaturas dos contratos de financiamento da produção agrícola, tendo em vista que a circular 706 do Banco Central impõe a liberação das verbas no ato da assinatura do contrato;
- que a maioria dos agricultores, desejosos em obter a garantia do PROAGRO para as suas lavouras, eram obrigados a solicitar crédito agrícola - mesmo sem dele necessitar -, não davam maior importância à demora que ocorria entre a data da proposta e a da assinatura do contrato já que dispunham de suficientes recursos próprios para custear suas atividades agrícolas;
- que tal situação, por sua vez, trazia benefícios para o próprio PROAGRO porque implicava na redução dos juros bancários - também cobertos pelo PROAGRO -, pois seriam menores pelo menor tempo de utilização dos recursos;
- que os prejuízos decorrentes da estiagem são progressivos e provocam perdas desiguais entre uma lavoura e outra; entre épocas de plantio; e entre variedades plantadas; e tendo em vista que nem todas as empresas contratadas pelo Banco do Brasil S/A não conseguem acompanhar a incidência da estiagem nas diversas fases da lavoura, por falta de condições materiais e

humanas, o que resulta em avaliações imprecisas e provoca injustiças;

- que o agricultor, ao encaminhar sua proposta no início da época de plantio, deixa caracterizada sua real intenção de firmar contrato e de, portanto, ser amparado pelo PROAGRO;

- e, finalmente, considerando que ao contrário dos inúmeros agricultores prejudicados, muitos outros, buscando a proteção do PROAGRO, firmaram contratos e obtiveram recursos, ainda que deles não necessitassem e por conseguinte, dispondo de dinheiro acabaram por fazer aplicações financeiras e vieram a obter dupla vantagem, ou seja: são beneficiados tanto pelo rendimento destas aplicações como pela cobertura do PROAGRO.

Propomos que:

1) para fins de benefícios da cobertura do PROAGRO, tendo em vista que a circular 706 do BACEN, seja desconsiderada a data da assinatura do contrato e levada em conta a data de encaminhamento da proposta de financiamento;

2) em atendimento aos interesses da agricultura e dos agricultores paranaenses e brasileiros, se proceda a uma revisão radical aos benefícios e prejuízos provocados pela carta-circular 706;

3) futuramente, o simples encaminhamento da proposta de financiamento agrícola, ainda que o contrato não venha a ser firmado, sirva para fins de garantir cabalmente a cobertura do PROAGRO mediante o pagamento da respectiva taxa.

JUSTIFICATIVA:

A estiagem que se abateu recentemente sobre o Paraná prevê enormes prejuízos aos agricultores paranaenses, particularmente aos da região de Palotina e adjacências, a qual se destaca estadual e nacionalmente pela quantidade de sua produção agrícola e pela operosidade de sua classe produtora. A ninguém é desconhecida a importância da agricultura no contexto paranaense, onde é a base da economia do Estado. Deve ser levada em conta, também, a importância da produção agrícola na economia de divisas e na geração de recursos por meio de exportação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Governador José Richa e ao Secretário de Segurança Pública, Jesus Sarrão, solicitando a instauração de inquérito para apurar responsabilidade dos soldados da Polícia Militar, envolvidos no espancamento de trabalhadores, durante manifestações pacíficas, de protesto pelas

demissões de funcionários do Banco Meridional, em Londrina. Bem como o afastamento imediato do tenente-coronel Clovis Pinheiro de Lima do 5.º Batalhão da Polícia Militar de Londrina.

Na última quinta-feira (dia 17) Londrina foi palco de atos de violência, e agressões corporais provocadas por efetivos da PM contra os trabalhadores (bancários e professores) que protestavam contra as demissões de funcionários do Banco Meridional, bem como o não cumprimento das promessas do governo do Estado, a classe de magistério. O tenente-coronel Clovis Pinheiro de Lima assumiu a defesa de seus subordinados, nos causando preocupação de que atos de violência e agressões corporais se repitam, sem que o comandante do 5.º BPM-Londrina tome providências para conter a ira de seus subordinados.

Diante desses lamentáveis acontecimentos, solicitamos a intervenção deste Poder junto ao governador José Richa e à Secretaria de Segurança Pública, de modo a evitar as injustiças que estão sendo praticadas contra moradores de Londrina.

Diante disso, apelamos pelo afastamento imediato do tenente-coronel, Clovis Pinheiro de Lima, do cargo de comandante do 5.º BPM-Londrina, bem como a sua exoneração, uma vez concluído o inquérito, dos quadros da Polícia Militar. E a ainda a punição dos soldados envolvidos no ato de terrorismo, que se verificou em Londrina.

Sala das Sessões, em 22/04/86.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

Líder do PDT.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.74/86
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - O artigo 10 da Lei n.8.199, de dezembro de 1985 fica acrescido de inciso V, como segue, passando o seu § 2.º a ter a seguinte redação:

"Art.10 -

I -

.....

V - 01 (um) representante dos funcionários da PARANATUR, eleito na forma da Lei n.8.096, de 14 de junho de 1985.

§ 1.º -

§ 2.º - Os membros a que se referem os incisos III, IV e V serão nomeados pelo Governador do Estado, mediante indicação do Secretário da Cultura e do Esporte, para um mandato não remunerado de 03 (três) anos, permitida a redução.

....."

Sala das Sessões, em 22/04/86.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

A Lei n.8.199, de 17 de dezembro de 1985, que dispõe sobre a composição e competência do Conselho Paranaense de Turismo, certamente por um lapso, deixou de incluir, em seu artigo 10, entre os componentes do Conselho de Administração da "PARANATUR", um membro representante dos funcionários daquela Empresa.

Ocorre, que o artigo 1.º da Lei n.8.096, de 14 de junho de 1985 dispõe:

"Art.1.º - Os Conselhos de Administração das Sociedades de Economia Mista em que o Estado seja majoritário, bem como das Empresas Públicas, Fundações e Autarquias Estaduais, cujos membros sejam indicados ou referendados pelo Governo do Estado, deverão ter, obrigatoriamente, como membro, um funcionário da Empresa ou Instituição".

O presente plano de lei tem por objetivo corrigir tal omissão, a fim de que seja dada obediência à Lei anterior, cuja cópia anexamos ao presente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Tadeu França, inscrito no Pequeno Expediente. (Ausente).

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado, inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quando Cabral aqui aportou já encontrou nesta Terra, os donos dela.

Com muito prazer e satisfação homenageio as Nações Indígenas KRAHO, KARAJA, KAINGANGUE e GUARANI que, numa busca nem sempre apoiada pelo branco, eles buscam a interação entre o índio e a nova terra, e o novo povo que aqui aportou e se apossou da terra!

Saúdo essas Nações Indígenas, como meus irmãos; irmãos somos, na dignidade, no amor à natureza, no amor, uns pelos outros.

Este Parlamento se engrandece e se engalana, ao receber esses representantes dessas Nações Indígenas.

A pureza da alma, o amor à vida e o respeito às coisas mais belas que Deus criou, estão impregnadas no dia a dia, no labor permanente do índio brasileiro, não somente do índio brasileiro, como de todos os índios, do mundo inteiro que, de uma forma ou de outra, pouco a pouco foram sendo exterminados; o branco, muitas vezes com maldade, e, uns poucos, com bondade, a ele se aliou - a grande maioria, o explorou!

É necessário, Senhor Presidente, Senhores Deputados que se deixe permanentemente viva, a lembrança de que, todos nós

somos filhos de um Deus, criados com a dignidade, com o respeito e com o amor que deveríamos praticar, no nosso dia a dia; no entanto, a civilização nem sempre assim tem procedido, mas, as Nações Indígenas, na sua tradição, na sua maneira permanente de viver com honestidade e com dignidade, tem dado, ao branco, o exemplo maior da harmonia entre uns, e outros!

Saúdo a Nação KRAHO que organiza esta permanente, esta tentativa de encontro entre todos nós - não deveríamos ser cognominados nem de, Pele-Vermelha, nem de Pele-Branca, nem de Pele-Preta, apenas sermos cognominados de irmãos uns dos outros, mas não apenas num discurso vazio e vazio, mas, sermos denominados de irmãos no dia a dia, na convivência, no respeito ao direito que precisa ser restabelecido, do índio brasileiro, que, tendo a sua terra, espoliada, tendo os seus direitos, usurpados, hoje ele busca, pelos ínvios caminhos das burocracias governamentais, restaurar um mínimo do seu espaço, do seu direito à terra, porque, um índio sem terra é como um corpo sem alma. Nós temos que, realmente, como Parlamentares, respeitar a dignidade do povo, e das Nações Indígenas, nós temos, como Parlamentares, de votar e defender o direito das Nações Indígenas de terem o seu quinhão, de ter o seu espaço e o seu chão para trabalhar, e nele construir a grandeza do seu povo, porque não se vê, na História da Humanidade, nenhum ato de indignidade das Nações Indígenas, o que nós vemos, na História da Humanidade, são, atos indignos, das raças brancas, que se locupletam, pela franqueza guerreira de alguns, e pelo poderio bélico de outros, mas a grande força da Humanidade está no amor e na simplicidade com que tem vivido e convivido todas as Nações Indígenas do Brasil, e de além-mar!

Saúdo a Nação KRAHO, KARAJA, KAINGANGUE e GUARANI, para dizer aos meus irmãos Indígenas:

- Todos nós, uns, com mentiras nos lábios, outros, sem amor no peito, mas, devemos dizer, os poucos brancos que amam os índios, somos todos irmãos, estamos na mesma luta e haveremos de vencer esta batalha de respeito à dignidade das Nações Indígenas! Minha saudação a todos. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Não há mais oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente.

Passo ao Horário das Lideranças, para a Representação do PMDB. Em nome da Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Senhor Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Deputado Osvaldo Alencar Furtado já fez a saudação às Nações Indígenas aqui representadas nesta Casa. Queremos receber com muito prazer essas representações oficialmente, até por que a Assembléia Legislativa do Paraná precisa voltar ao seu estado natural, que é a Casa do Povo, é o Parlamento onde se reúnem aqui os representantes de todo o País.

As Nações KRAHO, KARAJÁ, KAINGUANGUE e GUARANI, as boas vindas dos Senhores Deputados Estaduais do Paraná. Queremos com isto dizer que, nos últimos anos, a desenfreada ganância pela busca do lucro fácil, pelo aumento contínuo de extensões de terra em mãos de poucos, vem fazendo com que grandes latifundiários passem a exercer e exercitar violentamente e abusar até contra a vida do índio, nossos ascendentes culturais. Queremos dizer mais, que a Assembléia Legislativa do Paraná, o PMDB, o Partido que neste momento estamos representando na tribuna em nome do Deputado Nestor Baptista, o fazemos com orgulho de que as Nações representadas nesta tarde, fazendo valer o Dia do Índio, que é o dia 19 de abril, hoje dizimados que estão sendo por uma política caolha, por uma política que não se identifica com as mais profundas raízes do nosso povo, deixamos aqui o nosso abraço, deixamos aqui as nossas boas vindas.

Queremos também, em nome da Casa, lembrar a todas as Nações aqui representadas, que ela estará sempre aberta às Representações e muito mais ainda, não só aberta como disposta ao diálogo e levar adiante a luta que não é vossa nesse momento, é de todos os Deputados do Paraná.

Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Aníbal Khury) Concedo a palavra à Representação do PTB. (Declina). Concedo a palavra à Representação do PCB. (Declina). Concedo a palavra à Representação do PFL. (Declina). Concedo a palavra à Representação do PDS. (Declina). Concedo a palavra à Representação do PDT. (Declina).

Encerrado o Horário das Lideranças, passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

4.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.221/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem

n.171/85), que objetiva criar, na Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte 1 (um) cargo de Provimento em comissão de Diretor de Museu, símbolo 1-C, que será destinado ao Parque Histórico do Mate, unidade de nível subdepartamental, da Coordenadoria do Patrimônio Cultural. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. COM EMENDA DE 3.^a DISCUSSÃO. Em votação a emenda. Aprovada. O projeto irá à Redação Final

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.74/85, de autoria do Deputado Artagão de Mattos Leão e outros, que concede o título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná a Senhora Marly Macieira Sarney. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.262/85, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jardim Alegre" - APAE, com sede e foro em Jardim Alegre. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.263/85, de autoria do Deputado Eduardo Baggio, que declara de Utilidade Pública a "Associação IPARDES", com sede e foro no município de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.266/85, de autoria do Deputado Márcio Almeida, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Funcionários do Detran do Paraná", com sede e foro no município de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.279/85, de autoria da Deputada Irondi Pugliesi, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças os imóveis de sua propriedade, constituídos dos lotes n.6, 7 e 8 da quadra n.26, do perímetro urbano daquela cidade, com área de 1.575m², conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. COM EMENDA SUBSTITUTIVA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.319/85, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que denomina de "Rodovia Issa Jabur", a Rodovia PR-450, no trecho que interliga os municípios de Centenários do Sul a Porecatu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.16/86,

de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de Utilidade Pública a "Missão a Voz dos Mártires", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.367/84, de autoria do Deputado Antônio Martins Anibelli, que revoga os artigos 2.^o e 3.^o da Lei n.7.492, de 15/07/81. (A citada Lei trata da doação de imóveis ao Município de União da Vitória). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.309/85, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que denomina "José Pereira da Silva" a rodovia estadual que liga sede do município de Ribeirão Claro a Porto Emigdão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.318/85, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Proteção à Maternidade e a Infância", com sede e foro no município de Jardim Alegre. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.338/85, de autoria do Deputado Adhail Sprenger Passos, que declara de Utilidade Pública a entidade "Desafio Jovem de Paranaguá" - DEJOP, com sede e foro no município de Paranaguá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.22/86, de autoria do Deputado Edilson Alencar, que declara de Utilidade Pública a "Cooperativa dos Trabalhadores Rurais Volantes de Assis Chateaubriand - COOTRABRIAND", com sede e foro no município de Assis Chateaubriand. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.23/86, de autoria do Deputado Sérgio Spada, que dispõe sobre a elevação do número de Vereadores da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.29/86, de autoria do Deputado Márcio Almeida, que declara de Utilidade Pública a "Associação Brasileira de Agentes de Saúde em Alcoolismo", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.46/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a "Associação Paranaense do Diabético Juvenil - APAD", com sede e foro na Comarca de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.51/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.47/86), que cria a Secretaria de Estado do Trabalho e Assuntos Comunitários, com as atribuições e finalidades que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.02/86, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Tomada de Contas, por unanimidade à Proposição n.08/86, que aprova a prestação de contas da Dotação de Subvenção Social dos Senhores Deputados, referentes ao exercício de 1985. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.31/86, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.25/86), que objetiva alterar a redação dos arts. 5.^o, 9.^o e 14, da Lei n.8.216, de 31/12/85 (Lei de Imposto de Propriedade de Veículos Automotores - IPVA). Com PARECERES FAVORÁVEIS das Comissões de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. Publicado no D.A. n.12 (Mensagem), de 13/03/86.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.31/86

PARECER:

O presente plano de lei é oriundo da Mensagem Governamental n.25/86, tendo como objetivo alterar a redação dos artigos 5.^o, 9.^o e 14 da Lei n.8.216, de 31/12/85 (Lei do Imposto de Propriedade de Veículos Automotores - IPVA).

A iniciativa da presente matéria está plenamente em acordo com o disposto na Constituição Federal, e com o disposto pelo artigo 5.^o, da Constituição Estadual, nada havendo que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01/04/86.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente e Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N.01/86

PARECER:

De autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, visa o presente plano de lei, alterar a redação do Artigo 5.º da Lei n.8.216, de 31 de dezembro de 1985. (Lei do Imposto de Propriedade de Veículos Automotores - IPVA).

De acordo com requerimento, aprovado em sessão plenária do dia 31 de março próximo passado, foi determinado o apensamento do Projeto de Lei n.31/86, oriundo da Mensagem Governamental n.25/86, ao presente, por se tratar de matéria com a mesma finalidade.

No que se refere ao aspecto financeiro da matéria, entendemos que a mesma atende aos interesses da Coletividade.

Nestas condições, opinamos favoravelmente ao projeto, recomendando-se sua aprovação, na forma do Substitutivo Geral, do próprio autor.

Sala das Comissões, em 08/04/86.

(a) ERVIN BONKOSKI - Presidente e Relator.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Pedro Barry, ocorrido nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Geraldo Maluta, ex-Prefeito do município de Itamaracá, ocorrido no dia 18 de abril do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Vereador Osmar Guimarães, ocorrido no dia 21 de abril do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Juvita Ferreira Santucci, ocorrido no dia 19 de abril do corrente ano, no município de Ibaiti. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela eleição do Senhor Aldo Martins de Souza, como vice-presidente da Associação dos Proprietários, Amigos e Moradores do Distrito Lamenha Grande, município de Almirante Tamandaré. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encarecendo que, através da Comissão Permanente de Organização e Divisão Judiciária, seja criado o Distrito Judiciário de Iracema, no município de Formosa do Oeste. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo reformas e iluminação na cancha de esportes do Colégio Estadual "Rui Barbosa" - Ensino de 1.º e 2.º Graus, no município de Arapongas. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo reformas gerais e construção de mais salas de aula na Escola Estadual "Professor José Gomes do Amaral", no município de Ponta Grossa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando votos de apaluso ao Doutor Rogério Augusto Camargo Scheibe, pela sua assunção na direção do Departamento de Assistência Médica do IPE. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a ampliação na torre de transmissão do Posto da Polícia Rodoviária e melhoramento na iluminação do mesmo, no município de Ubatuba. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Superintendente da TELEPAR, encarecendo a instalação de linhas telefônicas no Distrito de Paulistânia, município de Alto Piquiri. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a elevação de Entrância Inicial para Entrância Intermediária a Comarca de Ubatuba. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Diretor Superintendente da Delegacia da Receita Federal, no Paraná, encarecendo a reabertura da agência de Rendas Federal, no município de Assis Chateaubriand. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Diretor Superintendente da Delegacia da Receita Federal, no Paraná, encarecendo a reabertura da agência de Rendas Federal, no município de Assis Chateaubriand. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, viabilizando a criar a emancipação Judiciária no município de Icaraíma, elevando-o à categoria de Comarca. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Diretor Superintendente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um Posto de Serviço - PS., na localidade denominada Alto do Café, município de Icaraíma. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem Estar Social, encarecendo a instalação de um aparelho telefônico no Centro de Saúde do município de Ubiratã. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministro da Agricultura, Diretor da Área Agrícola do Banco Central, Diretor do Crédito Agrícola do Banco do Brasil S/A, e ao Chefe do PROAGRO, encarecendo a cooperação aos agricultores paranaenses, prejudicados pela recente estiagem, particularmente do município de Palotina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Segurança Pública, encare-

cendo instauração de inquérito para apurar responsabilidade de soldados da PM envolvidos nos espancamentos de trabalhadores, durante manifestação pacífica de protesto às demissões no Banco Meridional, no município de Londrina. Em discussão.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Solene para quarta-feira, dia 23, às 15:00 horas, para entrega de Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Excelentíssimo Senhor José Joffily, marca ainda uma sessão ordinária para quinta-feira, dia 24, à hora regimental com o seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.367/84, 309/85, 318/85, 338/85, 22/86, 23/86, 29/86, 46/86, 51/86 e do Projeto de Resolução n.02/86.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.31/86.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n.181/85, 197/85, 221/85, 298/85 e do Projto de Resolução n.01/86.

Levanta-se a sessão.